

**EDITAL DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2024**

**OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA FUTURAS E EVENTAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA DESCLASSIFICADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALTO TAQUARI - MT.**

O Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, por intermédio do departamento de licitações, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados realizará licitação na modalidade **DISPENSA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço por item, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá ao inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o Decreto Municipal nº 19, 23 e 24 de 01 de fevereiro de 2023, o Decreto Federal nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, à Lei Complementar nº 123, de 2006, e o art. 11 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Início do acolhimento das propostas eletrônicas:	A partir das 08:30 horas (BR) do dia 17/04/2024
Início da disputa:	Dia 22/04/2024 às 08:30 horas (BR)
Endereço: Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº. 848 Bairro Centro CEP: 78.785-000 – Alto Taquari – MT  Site: <a href="http://www.altotaquari.mt.gov.br">www.altotaquari.mt.gov.br</a> (link: “Dispensa eletrônica”.) e <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a> (Licitanet – Licitações Eletrônicas).  Meios para contato: Tel: (66) 3496-1448 E-mail: <a href="mailto:licitacao@altotaquari.mt.gov.br">licitacao@altotaquari.mt.gov.br</a> Dias e Horários: de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 17:00 horas (horário de Brasília).	
Os trabalhos do certame licitatório serão conduzidos pelo(a) Agente de Contratação, Sr.(a) Rudimar José Lang, designado(a) (art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021) por intermédio da Portaria nº 122 de 2024.	

## **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

O objeto da presente dispensa é a **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA FUTURAS E EVENTAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA DESCLASSIFICADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, do Município de Alto Taquari, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Edital.

**1.2** A contratação será em por item, conforme tabela constante no anexo II deste aviso.

**1.3** O critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



## **2 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

**2.1.** Poderão participar desta licitação quaisquer interessados, pessoa jurídica, que atendam às exigências e condições devidamente estabelecidas por este Edital;

**2.1.1.** Justifica-se a **não** exclusividade do certame para MICRO EMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, baseado no art. 49 da Lei Complementar 123/06 (atualizada) que diz: “Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

**I - Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;**

**II - Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;**

**III - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”**

**2.1.2.** Dessa forma a Administração abre a concorrência para todas as empresas que atenderem as condições de habilitação, haja visto que não será vantajoso a exclusividade e poderá representar prejuízo para administração por se tratar de itens bem específico, onde não há no mercado muitas empresas no ramo, além de, no momento da formulação dos preços, as empresas que ofertaram suas propostas não estão enquadradas como ME ou EPP e empresas de portes maiores poderão vir participar, podendo para tanto apresentar preços bem mais acessíveis do que as micro empresas e de pequeno porte, além de uma entrega mais precisa.

**2.2.** A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante utilização de certificado digital para acesso ao Sistema de Dispensa Eletrônica do Município de Alto Taquari - MT, disponível no endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br>

**2.3.** O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão/entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

**2.4.** Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

**2.4.1** Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

**2.4.2** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.5** Que se enquadrem nas seguintes vedações:

**2.5.1** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.5.2** Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.3** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.4** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

**2.5.5** Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2.5.6** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**2.5.7** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

**2.5.8** Sociedades cooperativas.



### **3 INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

**3.1** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

**3.2** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**3.3** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

**3.4** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

**3.4.1** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**3.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**3.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *termo de referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**3.8** Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores só poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la até o momento do encerramento do acolhimento.

**3.9** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

**3.9.1** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**3.9.2** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**3.9.3** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**3.9.4** Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

**3.9.5** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

**3.9.6** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e do art. 68, inciso VI da lei 14.133/21;

### **4 FASE DE LANCES**

**4.1** A partir das 8:30h (Horário de Brasília – DF) da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

**4.2** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

**4.3** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**4.3.1** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,01 (um centavo).

**4.4** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

**4.5** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**4.6** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

**4.7** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

**4.7.1** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

**5.1** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

**5.2** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

**5.2.1** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

**5.2.2** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**5.2.3** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

**5.3** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

**5.4** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.5** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**5.5.1** Contiver vícios insanáveis;

**5.5.2** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

**5.5.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**5.5.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**5.5.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**5.6** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**5.6.1** For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**5.6.2** Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**5.7** Por se tratar de contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de





exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**5.7.1** Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

**5.7.2** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei **5.8** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**5.9** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**5.10** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**5.11** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**5.12** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**5.13** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO**

**6.1** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação:

### **6.1.1 Habilitação jurídica:**

**6.1.1.1** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**6.1.1.2** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**6.1.1.3** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**6.1.1.4** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**6.1.1.5** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**6.1.1.6** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**6.1.1.7** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **6.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

**6.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**6.2.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



**6.2.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**6.2.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**6.2.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**6.2.6** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**6.2.7** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**6.2.8** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do pseudomicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**6.2.9** Declaração que a licitante não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/21.

### **6.3 Qualificação Econômico-Financeira:**

**6.3.1** Certidão negativa de falência e concordada expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**6.3.1.1** Quando se tratar de empresa que esteja passando por processo de Recuperação Judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente a qual homologou o plano/projeto de recuperação judicial, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 14.133/2021. Não ficando em prejuízo a apresentação da certidão de Falência.

**6.3.2** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou afutura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

**6.3.3** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

### **6.4 Qualificação Técnica:**

**6.4.1** A licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado. Se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá ser emitido preferencialmente em papel timbrado do emitente e deverá constar o reconhecimento de firma passada em cartório do titular da empresa que firmou a declaração;

**6.4.2** A empresa vencedora de certame no momento na assinatura do contrato estará de acordo com todas as obrigações contidas no Anexo I - Termo de Referência, **bem como também ser responsável por qualquer ônus da entrega dos itens.**

**6.5** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o



gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**6.6** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**6.7** O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.8** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio dos documentos exigidos.

**6.9** É dever do fornecedor encaminhar a respectiva documentação atualizada.

**6.9.1** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**6.10** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

**6.11** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**6.12** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.13** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

**6.13.1** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

**6.14** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. CONTRATAÇÃO**

**7.1** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**7.2** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

**7.2.1** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**7.3** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**7.3.1** A entrega do objeto dos itens da presente dispensa deverá ser efetuada no prazo de 05 (cinco) dias após envio da NAD;

**7.3.2** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.3.3** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**7.3.4** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**7.4** O prazo de vigência da contratação é de 08 (oito) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

**7.5** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



## **8 DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E PAGAMENTO**

**8.1** A Contratada deverá entregar os itens contidos no Termo de Referência no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**8.2** A entrega deverá ser feita no Almoxarifado Central da Prefeitura de Alto Taquari-MT, situado à Rua Teófilo Joaquim de Melo, nº 231, Centro, Alto Taquari - MT, CEP. 78.785-000, de segunda a sexta-feira nos seguintes horários: das 7:30hs às 11hs e das 13hs às 16:30hs, devendo ser confirmado pelo telefone (66) 3496-1471.

**8.3** A empresa vencedora de certame deverá no momento na assinatura do contrato apresentar comprovação de vínculo (se for o caso), podendo o profissional estar vinculado à contratada por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, por vínculo trabalhista ou por vínculo societário, de profissionais com as capacidades técnicas descritas no presente Termo de Referência.

### **8.4 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO SERVIÇO**

**8.4.1** Os itens serão recebidos:

**8.4.1.1 Provisoriamente:** A entrega dos produtos será no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da NAD. No ato da entrega os materiais passarão por conferência pelas Nutricionistas, Secretários Municipais, ou servidor expressamente designado para tal finalidade de modo que, aqueles que não estiverem em conformidade com o proposto na licitação, não serão recebidos, e caso necessário devolução dos que não atendem as exigências descritas na NAD de compras, e o não recebimento no prazo da ata/contrato para a entrega, a empresa será notificada por escrito enviado no e-mail fornecido pela empresa, onde o mesmo deverá responder por escrito a este órgão, através de ofício (papel timbrado da empresa), e após a segunda notificação a empresa terá o contrato rescindido por justa causa, ficando impedido de participar de licitação com o município por período de 3 (três) anos.

**8.4.1.2 Definitivamente:** A partir da data da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no edital, no termo de referência e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório. A unidade responsável receberá definitivamente os produtos sobre o qual assinara a nota fiscal, que é o documento comprobatório e sua consequente aceitação. Entregar todo o material de acordo com as especificações solicitadas, deverão ser totalmente embalados e em perfeito estado, qualquer alteração no produto (marca divergente ou de péssima qualidade, tamanho/quantitativo, cor, material diferente ou danificado), ocorrendo à ruptura e algum componente ou quebra tanto na viagem ou na entrega, cabe devolução do mesmo, devendo a contratada, no prazo de 03 (três) dias úteis contadas a partir da comunicação por escrito via e-mail pelo Departamento de Compras ou Secretaria solicitante, fazer a coleta, e promover a substituição dos materiais por igual ao solicitado ou superior (por conta e ônus da CONTRATADA), no mesmo prazo do recolhimento do mesmo, sob pena de inadimplência do contrato/ata;

**8.5** O não recebimento no prazo do contrato para a entrega, a empresa será notificada por escrito enviado no e-mail fornecido pela empresa no certame, onde o mesmo deverá responder por escrito a este órgão, e após a segunda notificação a empresa terá o contrato rescindido por justa causa e ficando impedido de participar de licitação com o município por período mínimo de 3 (três) anos.

### **8.5 FORMA DE PAGAMENTO**

**8.5.1** A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, correspondente a entrega do produto conforme NAD, que será atestada pelo fiscal de ARP designado pela secretaria solicitante ou servidor expressamente designado.

**8.5.2** O pagamento do preço pactuado será efetuado pelo Município de Alto Taquari, de forma fracionada, em 10 vezes mensais, obedecendo todas as exigências e especificações, devendo a contratada emitir a respectiva fatura que, devidamente comprovada e atestada por agente público devidamente designado, deverá ser paga em até 20 (vinte) dias após a data de liberação da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

**8.5.3** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, será devolvida à contratada para as correções necessárias, não respondendo a contratante por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da contratada.

## **8.6 ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**8.6.1** Salvo negociação entre o órgão gerenciador e o(s) fornecedor(es), os preços registrados serão REAJUSTADOS automaticamente, para mais ou para menos, com base na variação anual do Índice Nacional





de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 (doze) meses, contados da assinatura da ARP, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PI \times IR$$

Onde:

**PR** = Preço reajustado

**PI** = Preço inicial da Ata de Registro de Preços

**IR** = Índice de reajuste

**8.6.2** Na hipótese de reajuste, a contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto antes da formalização da prorrogação, cabendo à Administração decidir sobre o interesse na prorrogação em caso de reajuste.

**8.6.3** Do mesmo modo, à Administração pode solicitar a REVISÃO dos preços registrados em caso de desequilíbrio econômico-financeiro em seu desfavor.

**8.6.4** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

**8.6.5** Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no [art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e nos seguintes casos:

**8.6.6** Ausência de comprovação da elevação dos encargos do particular;

**8.6.7** Ocorrência de evento antes da formulação das propostas;

**8.6.8** Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do fornecedor;

**8.6.9** Culpa do fornecedor pela majoração dos seus encargos (o que inclui a previsibilidade da ocorrência do evento).

**8.6.10** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo requerido desequilíbrio de preços de mercado.

Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, o órgão gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceita(m) manter seu(s) preço(s) registrado(s).

## **9 SANÇÕES**

**9.1** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**9.1.1** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**9.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**9.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato;

**9.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**9.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**9.1.6** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.7** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**9.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

**9.1.9** Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



**9.1.10** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**9.1.11** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**9.1.12** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**9.1.13** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.6;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Alto Taquari - MT, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.6 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**9.2** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.2.1** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**9.2.2** As peculiaridades do caso concreto;

**9.2.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**9.2.4** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**9.2.5** As implantações ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.3** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**9.4** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, eximirá a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**9.5** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**9.6** Se durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**9.7** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**9.8** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**9.9** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**9.10** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **10 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1** O procedimento será divulgado no <https://portal.licitanet.com.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

**10.2** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:



I - Republicar o presente aviso com uma nova data;

II - Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

III - Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**10.2.1** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

**10.3** As providências dos subitens 9.2 e 9.2.1 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

**10.4** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**10.5** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**10.6** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**10.7** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

**10.8** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.9** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**10.10** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**10.11** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**10.12** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

**10.13** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**10.13.1** ANEXO I – Termo de Referência;

**10.13.2** ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

Alto Taquari - MT 15 de abril de 2024.

**Marilda Garofolo Sperandio**  
Prefeita Municipal



## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**DO OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA FUTURAS E EVENTAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA DESCLASSIFICADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALTO TAQUARI - MT.**

#### **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

No último processo licitatório Pregão Eletrônico nº 039/2023 houve ganhador, porém o item foi recusado, foi realizado testes na entrega e os produtos não obtiveram êxito na limpeza, ficando assim os itens desclassificados; anteriormente a este processo citado, os mesmos produtos foram fracassados, referente ao Pregão Eletrônico nº 021/2023.

Considerando as necessidades de aquisição dos itens desclassificados no Pregão nº 039/2023, para o bom andamento das ações das diversas Secretarias do município se faz necessário a contratação de empresa para o fornecimento dos mesmos, e em atender os prédios públicos na limpeza e higienização e materiais de uso em diversas atividades realizadas pelas secretarias municipais, e ainda gênero alimentícios objetivando atender as diversas atividades realizadas pelas secretarias do tipo: Eventos Alusivos (dia do Funcionário Público, Aniversário do Município, realização de formatura Pré-escolar), merenda escolar (educação infantil e fundamental), Casas de Apoios (fora do município para tratamento de saúde), eventos esportivos (atender atletas em competições municipais e intermunicipais), Lar de Acolhimento Municipal da Criança e Projetos Sociais (vários cursos realizados pela secretaria), onde serão adquiridos no período de 12 (doze) meses, até que seja realizado o novo processo licitatório geral de todos os produtos, onde se faz para uso anual.

Urge então a necessidade dessa contratação, pois já se encontram sem produtos para realizar os trabalhos realizados pelo poder executivo, onde os mesmos não param, e em diversos locais os departamentos das secretarias municipal trabalham 24 horas.

#### **DO SISTEMA DISPENSA POR REGISTRO DE PREÇO**

Será adotado o Sistema de Registro de Preços através de Dispensa de Licitação, haja vista o caráter de urgência por se tratar de material essencial para a limpeza e higienização dos ambientes utilizados pela população e funcionários públicos, e pela conveniência do fornecimento do objeto com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos desnecessários. Pois, esse possui uma vasta vantagem, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Dispensa de Licitação, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos produtos e serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos produtos demandados, levando em consideração o aumento da demanda. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda. As Secretarias municipais que compõem a esfera municipal, justifica a abertura do presente procedimento licitatório, para manter os trabalhos operacionais rotineiros dos setores. Bem como, manter os serviços públicos limpos e aceitáveis ao funcionamento dos trabalhos, e os trabalhos de copa e cozinha (merenda escolar do ensino infantil e fundamental) entre outros projetos de servem alimentação, que estão no calendário anual, que podem ou não acontecer, pois durante o ano podem ocorrer diversas alterações, e para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia se registra nessa modalidade.





Os motivos que ensejam a realização de licitação com o procedimento de registro de preços são representados na disposição dos incisos I e IV do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, além do fato de a Lei nº 14.133/2021, no art. 82, § 6º O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

## **DO QUANTITATIVO**

**1** - No que versa sobre os quantitativos do projeto constantes no Termo de Referência, estimou-se com base em estudos na elaboração pelas secretarias, a demanda necessária em virtude dos vários prédios e espaços esportivos públicos, e ainda produtos que atendem a diversos eventos municipais que atendem esta municipalidade.

## **REGIME DE CONTRATAÇÃO E DO VALOR ESTIMADO:**

**1** - O valor de referência para as aquisições do (s) objeto (s) a serem licitado (s) com as especificações, tem origem nos orçamentos levantados através de marcas de renome, as mesmas que foram sugeridas para entrega, onde definem o padrão de qualidade pretendido, bem como, os preços estimados os quais embasarão o julgamento do processo licitatório estão registrados no anexo denominado Termo de Referência – onde estão dispostos todos os Itens que compõe o certame.

**2** - Na modalidade Pregão para Registro de Preços, haja vista que as quantidades solicitadas não podem ser minuciosamente previstas, visto a dificuldade de se definir o quantitativo ideal a ser retirado e transportado, sendo impossível mensurar podendo também surgir necessidades futuras não previstas, onde pode não ocorrer tais aquisições para atender a eventos e cursos realizados pelas secretarias municipais.

**3** - O preço final deverá incluir todas as despesas referentes aos tributos, frete e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

## **DOS PRODUTOS E MARCAS**

**1** - Os produtos deverão ser novos, de boa qualidade e de 1º linha, com alto padrão de rendimento, marcas de renome no mercado, sob pena de desclassificação do item ou não recebimento do objeto.

**2** - Os produtos deverão ser estregues, lacrados e apropriados para armazenamento, acondicionados em: embalagem original com identificação do produto tipo: quantidade e capacidade (volume ml, lt, gr, etc) igual ao solicitado no edital, e com informações da composição igual as características do item, com rotulo com todas as identificação: marca do fabricante, código barra, lote, data de fabricação e validade (data de vencimento), dados da empresa (CNPJ) e outras informações pertinentes a empresa fabricante do produto, para definição da qualidade e comparação com o produto que está sendo licitado;

**3** - Os produtos deverão ter certificado pela Anvisa, INMETRO, ISO e registro no ministério da saúde, ministério da agricultura (conforme a necessidade de cada tipo de produto). quando cabíveis: com garantia e outras especificações, de acordo com suas características.

**4** - Os produtos saneantes deverão ter as seguintes informações no rótulo: nome do fabricante, CNPJ, nome e CRQ do químico responsável, número do registro na Anvisa, número do serviço de atendimento ao consumidor (SAC) e país de origem da indústria.

**5** - Os produtos aqui a serem adquiridos, deverão obedecer a prazo de vencimento não inferior a 06 (seis) meses, ou conforme cada tipo de produto, contados a partir de sua entrega, respeitando a data da nota fiscal, onde aqueles que não tiver o prazo solicitado em quaisquer dos produtos que exigem validade determinada, seja por quaisquer motivos validos, estes deverão ser substituído de imediato pela empresa vencedora do certame, por outro que obedeça ao prazo ou superior.

**6** - A licitante deverá especificar em sua proposta marca, fabricante, custos unitários e totais e, se possível, outras referências que bem identifiquem o produto ofertado.

**Observação:** Para todos os itens deverão ser ofertados produtos em cor e tamanho diversos, modelo, fragrância ficando a critério das secretarias a ser definir no momento da aquisição, exceto os que já possuem cores e fragrâncias nos caracteres do próprio item.

## **DAS MARCAS SUGESTIVAS E MARCAS RECUSADAS:**



**1 - SABAO EM BARRA GLICERINADO NEUTRO - PACOTE C/ 5X1 (200GR CADA BARRA = 1KG)**  
COR TRANSPARENTE, PARA LAVAR LOUCAS E OUTROS - COMPOSICAO: SABAO DE ACIDOS GRAXOS LAURICOS, SABAO DE ACIDOS GRAXOS ESTEARICOS, SABAO DE ACIDOS GRAXOS OLEICOS, COADJUVANTE, GLICERINA, AGENTE ANTI-REDEPOSITANTE E AGUA; 100% BIODEGRADAVEL, TESTADO E APROVADO POR DERMATOLOGISTAS, FORMULA ELABORADA COM INGREDIENTES NATURAIS OFERECENDO FIRMEZA, RENDIMENTO E ALTA DURABILIDADE; EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, INFORMACOES DA COMPOSICAO, CODIGO DE BARRAS, COM PRAZO DE FABRICACAO E VALIDADE (VENCIMENTO NAO INFERIOR A 12 MESES), CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO, ISO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE (CONFORME A NECESSIDADE DO PRODUTO), COR TRANSLUCIDO, COR CLARA E NÃO AMARELO. (CADASTRO 1414)

MARCA SUGESTIVA CONFORME FOTO E VALOR ORÇADO: YPE - MINUANO - TIXAN - GIRANDO SOL.



MARCA JA RECUSADA POR ESTE MUNICÍPIO:  
NOBRE



KRA-KRA



CLASSIC



TRIEX



SECRETARIA M. DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Avenida Coronel Macário Subtil de Oliveira, Nº 848, Centro, Alto Taquari (MT) - CEP: 78.785-000, T: +55 66 3496.1471  
licitacao@altotaquari.mt.gov.br | www.altotaquari.mt.gov.br



OS PRODUTOS DAS MARCAS APRESENTADOS ACIMA JÁ FORAM RECUSADOS EM TESTES EM AMOSTRAS EM CERTAMES E OUTROS NO ATO DA ENTREGA, E FORAM COMPROVADOS INEFICIENTES, SEM O RESULTADO PRETENDIDO QUE É A LIMPEZA, ALGUNS RACHAM ASSIM QUE SECAM E AO MANUSEAR O PRODUTOS NOVAMENTE SE PARTEM EM PEDAÇOS SENDO IMPOSSIVEL O USO, OUTRO DERRETEM COM FACILIDADE, TAMBEM COM DIVIFIL MANUSEIO JÁ QUE GRUDAM NAS LOUÇAS SENDO DIFICIL TIRA OS RESÍDUOS DOS UTENSÍLIOS. PORTANTO O PRODUTOS É INEFICAZ, SEM RENDIMENTO, TORNANDO SEM PRODUTIVIDADE, QUALIDADE E SEM CUSTO BENEFÍCIO AO MUNICIPIO. PORTANTO ESSES PRODUTOS NÃO ATENDEM ÀS EXIGÊNCIAS DOS CARACTERES NA COMPOSIÇÃO DO PRODUTO E NEM A QUALIDADE PRETENDIDA.O SABÃO DEVE SER TRANSLUCIDO, CLARO E NÃO AMARELO.

**2 - SABAO EM PO 800GR LAVA ROUPAS (ALVEJANTE) - FRAGRANCIA: DIVERSAS, COMPOSICAO: ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTE, CARGA, COADJUVANTE, BRANQUEADOR OPTICO, CORANTE, ENZIMAS, AGENTES ANTIDEPPOSITANTES, FRANGANCIA E AGUA; COMPONENTE ATIVO: LINEAR AQUIL SULFONATO DE SODIO, CONTEM TENSOATIVO BIODEGRADAVEL; EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, INFORMACOES DA COMPOSICAO, CODIGO DE BARRAS, COM PRAZO DE FABRICACAO E VALIDADE (VENCIMENTO NAO INFERIOR A 12 MESES), CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO, ISO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE (CONFORME A NECESSIDADE DO PRODUTO). EMBALAGEM PLASTICA. (CADASTRO 245853)**  
MARCA SUGESTIVA CONFORME FOTO E VALOR ORÇADO: BRILHANTE - TIXAM - YPE - MINUANO E COQUEL.



MARCA JÁ RECUSADA POR ESTE MUNICÍPIO:  
OESTE, ITEM FOI TESTADO COM AMOSTRA ENVIADA E FOI RECUSADA.





KRA-KRA, ITEM FOI TESTADO QUANDO FOI ENTREGUE E FOI RECUSADO.



BARBAREX



ASSIM



OS PRODUTOS DAS MARCAS APRESENTADOS ACIMA JÁ FORAM RECUSADOS EM CERTAMES, FOI TESTADO AMOSTRAS E OUTROS NO ATO DA ENTREGA, E FORAM COMPROVADOS INEFICIENTES, SEM O RESULTADO PRETENDIDO QUE É A LIMPEZA, ALGUNS NÃO DESMANCHAM, FICANDO RESQUÍCIOS DE PEQUENAS PEDRINHAS ONDE PODEM CAUSAR ENTUPIMENTOS DE MÁQUINAS DE LAVAR, CAUSANDO ASSIM ESTRAGOS EM EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO, E AINDA ALGUNS MARCHAM OS TECIDOS FICANDO AZULADOS. PORTANTO O PRODUTOS É INEFICAZ, SEM RENDIMENTO, TORNANDO SEM PRODUTIVIDADE, QUALIDADE E SEM CUSTO-BENEFÍCIO AO MUNICÍPIO. PORTANTO ESSES PRODUTOS NÃO ATENDEM ÀS EXIGÊNCIAS DOS CARACTERES NA COMPOSIÇÃO DO PRODUTO E NEM A QUALIDADE PRETENDIDA.

**3 - COADOR DE PANO, TAMANHO 18CM DE DIÂMETRO; TECIDO / MALHA 100% ALGODÃO REFORÇADO (FORMATO CÔNICO DE 18CM DE ALTURA, CABO E ARO INTEIROS SEM EMENDA EM PVC RESISTENTE (SEM EMENDA), REFORÇADO QUE SUPORTE PESO (CABO ANATÔMICO**





5CM LARGURA X 5MM ESPESSURA X 13CM COMPRIMENTO), TECIDO NA COR BRANCO COSTURADO; EMBALADO EM SACO PLASTICO, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO IMPRESSOS NA EMBALAGEM (CONFORME A NECESSIDADE DO PRODUTO). (CADASTRO 245763)

MARCA SUGESTIVA CONFORME FOTO E VALOR ORÇADO: CAMPEÃO, ESPERANÇA, FAROTULL, FILTRONS.



MARCA JÁ RECUSADA POR ESTE MUNICÍPIO:  
CCA

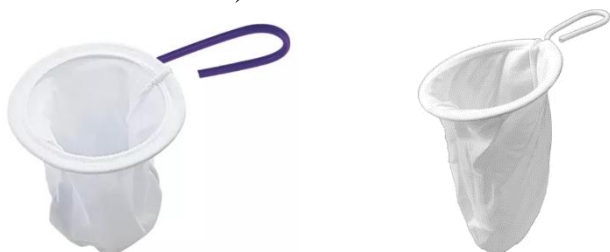


ANNE (CABO NÃO É SOLDADO, E É MOLE, ENTORNA AO COLOCAR PESO DA ÁGUA)





ORIGINAL UTILIDADES + MGL (CABO NÃO É SOLDADO, E É MOLE, ENTORNA AO COLOCAR PESO DA AGUA)



FLABOM + ZALEANA (CABO DESENCAIXA COM FACILIDADE)



OS ITENS APRESENTADOS ACIMA, SÃO PERIGOSOS, POIS NÃO APRESENTARAM RESISTENCIA, PODENDO CAUSAR ACIDENTE DE TRABALHO, POIS O ITEM É UM MODELO GRANDE, ONDE NÃO SUPORTA PESO SEM ENTORTAR OU DESPRENDER O CABO. PORTANDO JÁ RECUSAMOS AS MARCAS APRESENTADAS E NÃO IREMOS ACEITAR NO CERTAME.

**OBSERVAÇÃO:** Tem um Termo de Referência com fotos dos produtos relacionados na tabela abaixo, assim como as marcas sugeridas, e seus apensos fazem parte deste Termo, do Edital, assim como da futura Ata de registro de Preços. A contratada fica sujeita a todos os apensos, independente em qual ato ou momento dos anexos do processo licitatório.

#### DOS ITENS:

ITEM	CÓD. TCE	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UND.	TOTAL
01	245853	SABAO EM PO 800GR LAVA ROUPAS (ALVEJANTE) - FRAGRANCIA: DIVERSAS, COMPOSICAO:	UND.	1480	R\$ 13,97	R\$ 20.675,60





		<p>ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTE, CARGA, COADJUVANTE, BRANQUEADOR OPTICO, CORANTE, ENZIMAS, AGENTES ANTIDEPÓSITANTES, FRANGANCIA E AGUA, COMPONENTE ATIVO: LINEAR AQUIL SULFONATO DE SODIO, CONTEM TENSOATIVO BIODEGRADAVEL, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, INFORMACOES DA COMPOSICAO, CODIGO DE BARRAS, COM PRAZO DE FABRICACAO E VALIDADE (VENCIMENTO NAO INFERIOR A 12 MESES), CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO, ISO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE (CONFORME A NECESSIDADE DO PRODUTO). EMBALAGEM PLASTICA.</p>				
02	1414	<p>SABAO EM BARRA GLICERINADO - PACOTE C/ 5X1 (200GR CADA BARRA = 1KG) PARA LAVAR LOUCAS E OUTROS - NEUTRO, COMPOSICAO: SABAO DE ACIDOS GRAXOS LAURICOS, ESTEARICOS, OLEICOS, COADJUVANTE, GLICERINA, AGENTE ANTI-REDEPOSITANTE, SAL INORGANICO E AGUA, 100% BIODEGRADAVEL, TESTADO E APROVADO POR DERMATOLOGISTAS, COR TRANSPARENTE, FORMULA ELABORADA COM INGREDIENTES NATURAIS OFERECENDO FIRMEZA, RENDIMENTO E ALTA DURABILIDADE, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, INFORMACOES DA COMPOSICAO, CODIGO DE BARRAS, COM PRAZO DE FABRICACAO E VALIDADE (VENCIMENTO NAO INFERIOR A 12 MESES), CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO, ISO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE (CONFORME A NECESSIDADE DO PRODUTO), COR TRANSLUCIDO, COR CLARA E NAO AMARELO.</p>	UND.	546	R\$ 14,99	R\$ 8.184,54
03	245763	<p>COADOR DE PANO, TAMANHO 18CM DE DIAMETRO, TECIDO / MALHA 100% ALGODAO REFORCADO (FORMATO CONICO DE 18CM DE ALTURA, CABO E ARO INTEIROS SEM EMENDA EM PVC RESISTENTE (SEM EMENDA),</p>	UND.	119	R\$ 9,79	R\$ 1.165,01



		REFORCADO QUE SUPORTE PESO (CABO ANATOMICO 5CM LARGURA X 5MM ESPESSURA X 13CM COMPRIMENTO), TECIDO NA COR BRANCO COSTURADO, EMBALADO EM SACO PLASTICO, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO IMPRESSOS NA EMBALAGEM (CONFORME A NECESSIDADE DO PRODUTO).				
			<b>TOTAL: R\$ 30.025,15</b>			

**TOTAL POR EXTENSO: TRINTA MIL E VINTE E CINCO REAIS E QUINZE CENTAVOS.**

### DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS PRODUTOS

• **Provisoriamente:** Provisoriamente: A entrega dos produtos será no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da NAD. No ato da entrega os materiais passarão por conferência pelas Nutricionistas, Secretários Municipais, ou servidor expressamente designado para tal finalidade de modo que, aqueles que não estiverem em conformidade com o proposto na licitação, não serão recebidos, e caso necessário devolução dos que não atendem as exigências descritas na descritas na NAD de compras, e o não recebimento no prazo da ata/contrato para a entrega, a empresa será notificada por escrito enviado no e-mail fornecido pela empresa, onde o mesmo deverá responder por escrito a este órgão, através de ofício (papel timbrado da empresa), e após a segunda notificação a empresa terá o contrato rescindido por justa causa, ficara impedido de participar de licitação com o município por período de 3 (três) anos.

• **Definitivamente:** A partir da data da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no edital, no termo de referência e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório. A unidade responsável receberá definitivamente os produtos sobre o qual assinara a nota fiscal, que é o documento comprobatório e sua consequente aceitação. Entregar todo o material de acordo com as especificações solicitadas, deverão ser totalmente embalados e em perfeito estado, qualquer alteração no produto (marca divergente ou de péssima qualidade, tamanho/quantitativo, cor, material diferente ou danificado), ocorrendo à ruptura e algum componente ou quebra tanto na viagem ou na entrega, cabe devolução do mesmo, devendo a contratada, no prazo de 03 (três) dias úteis contadas a partir da comunicação por escrito via e-mail pelo Departamento de Compras ou Secretaria solicitante, fazer a coleta, e promover a substituição dos materiais por igual ao solicitado ou superior (por conta e ônus da CONTRATADA), no mesmo prazo do recolhimento do mesmo, sob pena de inadimplência do contrato/ata;

• **Nad:** Para cada Nad de compra (requisição) deverá ser emitido uma nota fiscal, onde a mesma deverá ter anexada cópia da Nad correspondente afim de conferência no ato da entrega no Almoxarifado Central.

**1** - O Prazo de entrega não será dilatado, e os pedidos futuros serão solicitados de forma fracionado, visto que o Município não dispõe de local adequado para o armazenamento dos produtos e a entrega será de acordo com a necessidade de cada Secretaria/Departamento.

**2** - As empresas interessadas em ofertar seus preços, deverão observar o prazo de entrega dos produtos, sob pena de inadimplência com aplicação de multas e sanções previstas neste edital. Pois há alguns departamentos de várias Secretarias, que funcionam diariamente (24 horas todos os dias do ano), como o: Lar de acolhimento ao menor e adolescente, e ainda eventos que ocorrem em finais de semanas e feriados, não podendo ter falta de itens que são essenciais. Exigindo assim pontualidade na entrega.

**3** - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante Nad (requisição) de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4** - Toda reclamação por parte de Nad recebida, qualquer assunto relacionado ao produto (marca, tamanho e outros), prazo de entrega, e reclamações falar no departamento de Compras, e-mail: [compraspmat@gmail.com](mailto:compraspmat@gmail.com) ou [compras@altotaquari.mt.gov.br](mailto:compras@altotaquari.mt.gov.br).





**5** - A assinatura do Contrato/Ata e a aquisição dos materiais em si, não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade dos produtos ofertados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo proposto, quanto a satisfação do recebimento dos produtos;

### **DO LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**1** - Entregar no Almoxarifado Central da Prefeitura de Alto Taquari-MT, situado à Rua Teófilo Joaquim de Melo, nº 231, Centro, Alto Taquari - MT, CEP. 78.785-000, de segunda a sexta-feira nos seguintes horários: das 7:30hs às 11hs e das 13hs às 16:30hs, devendo ser confirmado pelo telefone (66) 3496-2212 Almoxarifado Central, ou em local designado pelo Departamento e Compras (66) 3496 -1448 ou 1471.

**2** - O fornecimento será efetuado com prazo de **entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da NAD de compras via protocolo ou e-mail (informado no certame), devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante. Os materiais serão solicitados de forma fracionada, onde cada Secretaria, solicitará somente a quantidade necessitada no momento da compra.

**3** - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, independentemente do valor da compra, da quantidade e quantas vezes for solicitado/necessário, sem ônus para a administração municipal, não será acumulado pedidos para satisfazer a empresa por motivo de custo de frete.

**4** - A empresa deverá entregar os materiais relacionados nas requisições de forma individualizada, não unificando com demais NAD (caixas separadas com informação do número de requisição e nota fiscal), no prazo de 5 (cinco) dias corridos sem falta, conforme citado no item 1, e respeitar os quantitativos constantes na NAD não podendo fracionar a entrega e nota fiscal, entregando assim na íntegra os objetos.

**5** - Os produtos deverão ser acondicionados em embalagem original, saco/pote plástico atóxico, vidro ou lata **personalizada**; com identificação do produto, marca do fabricante, informações dos ingredientes, código de barras, CRQ ou registro necessário de cada tipo de produto, com prazo de fabricação e validade (vencimento mínimo não inferior a 06 (seis) meses, ou conforme a necessidade de cada produto), com ausência de sujidades e parasitas, embalagens não amassadas/danificadas/quebradas/rasgadas, o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.

**7** - A assinatura do Contrato e a aquisição dos materiais em si, não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade dos produtos ofertados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo proposto, quanto a satisfação do recebimento dos produtos;

### **SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**1** - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

**2** - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata/Contrato.

**3** - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

**4** - Receber provisoriamente os objetos quando for necessário, disponibilizando local, data e horário.

**5** - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos.

**6** - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

**7** - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado, via e-mail e correspondência/correio.

**8** - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**9** - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação seja por escrito e protocolado ou via e-mail: [convenios@altotaquari.mt.gov.br](mailto:convenios@altotaquari.mt.gov.br), ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se houver qualquer dificuldade de entrega ou irregularidade vista posteriormente ao certame, fazer informação por escrito via e-mail o mais rápido possível;

**10** - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.



## **SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 1 -** A recusa da empresa vencedora em assinar o contrato ou desistir de manter sua proposta acarretar-lhe-á suspensão do direito de licitar no Município de Alto Taquari, pelo prazo de 02 (dois) anos, além de multa de 10% do valor de sua proposta, bem como ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, observando-se sempre o princípio do contraditório e da ampla defesa.
- 2 -** Responsabilizar-se por todas as despesas e custos diretos e indiretos, tais como: imposto, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da ata.
- 3 -** Responsabilizar-se por todas as despesas referentes ao frete, transporte, deslocamento de pessoal e à entrega ocorrerão por conta exclusivas da empresa vencedora, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo, independentemente do valor da compra, do quantitativo, e da quantidade de vezes que for solicitado/necessário, sem ônus adicionais para a administração municipal, não será acumulado pedidos para satisfazer a empresa por motivo de custo de frete.
- 4 -** Arcar com a responsabilidade civil, adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou missão no desempenho dos serviços ou em conexão com seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Contratante, ainda que verificados em seu estabelecimento.
- 5 -** Cumprir e fazer cumprir seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto deste termo, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.
- 6 -** Efetuar a entrega dos objetos nas condições estipuladas, no prazo de execução/entrega e local indicados, em observância das especificações do Edital, Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 7 -** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 8 -** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas os objetos com avarias ou defeitos.
- 9 -** Cumprir fielmente esta norma, de forma que o fornecimento relacionado seja executado com esmero e perfeição.
- 10 -** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 01 (um) dia útil que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, via e-mail que foi recebido a NAD ou [compras@altotaquari.mt.gov.br](mailto:compras@altotaquari.mt.gov.br).
- 11 -** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas através da presente contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
- 12 -** Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor do contratante encarregado de acompanhar a execução da ata/contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- 13 -** Atender aos chamados da Secretaria imediatamente inerentes ao objeto da presente licitação, e prontamente a quaisquer exigências da Administração, devendo disponibilizar telefone fixo, e-mail da empresa bem como pessoal qualificado para atender a esses chamados e realizar as entregas, nos prazos estipulados.
- 14 -** Apresentar no certame dados da empresa, tipo: e-mail para envio das Nad e Ordem de compra (departamento de compras da empresa), endereço e e-mail para envio de correspondência normal (departamento de reclamações/notificações), conforme Anexo neste Termo.



- 15** - Manter e-mail atualizado, em caso de necessidade da CONTRATADA em alterar o e-mail oficial para recebimento das comunicações, notificações, e qualquer outra informação deste contrato, deverá encaminhar ao Departamento de Compras, de forma expressa e por Ofício assinado pelo representante legal da empresa de forma física de forma digitalizada ao e-mail: [compraspmat@gmail.com](mailto:compraspmat@gmail.com) e [compras@altotaquari.mt.gov.br](mailto:compras@altotaquari.mt.gov.br).
- 16** - Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

## **REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA/CONTRATO**

- 1** - Quando o preço registrado tornar se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a administração, por meio do gestor da ata de registro de preços convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 2** - O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 3** - Poderá também liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação seja por escrito e protocolado ou via e-mail: [convenios@altotaquari.mt.gov.br](mailto:convenios@altotaquari.mt.gov.br), ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se houver qualquer dificuldade de entrega ou irregularidade vista posteriormente ao certame, fazer informação por escrito via e-mail o mais rápido possível;
- 4** - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 5** - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6** - Parágrafo único - Os preços poderão ser revistos caso haja contratação de parte ou do todo registrado para manter o equilíbrio financeiro nos parâmetros pactuados.
- 7** - Havendo necessidade de acréscimo ou supressão nos quantitativos contratados poderá ser acrescido/suprimido em até 25% do total **contratado**, mediante a notas fiscais e documentos que comprovem o pedido de acréscimo, solicitada por escrito protocolado ou via e-mail: [convenios@altotaquari.mt.gov.br](mailto:convenios@altotaquari.mt.gov.br), falar com Juliana Calzolari, a solicitação de acréscimo posterior a compra, não tira a responsabilidade da empresa de entregar os pedidos anteriores ao protocolo.

## **DA EXECUÇÃO E ASSINATURA DA ATA OU CONTRATO.**

- 1** - O representante legal da(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) comparecer na sede administrativa da Prefeitura Municipal para assinatura do instrumento contratual ou registrar assinatura digital em até 05 (cinco) dias corridos contados da convocação publicada no Diário Oficial do Município, devendo o responsável apresentar cópia do contrato social demonstrando capacidade para firmar o mesmo, ou ainda procuração apta para tal fim, sendo que o não comparecimento do responsável legal da licitante no prazo previsto será considerado como desistência de proposta, acarretando as penalidades legais previstas em Edital e outras cominações pertinentes previstas em Lei.
- 2** - O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 3** - Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante para celebrar o ajuste, desde que respeitadas a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e demais normas legais pertinentes.
- 4** - Caso ocorra os fatos citados anteriormente, a atualização será aplicada utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou outro que vier a substituí-lo. Utilizar-se-á o índice acumulado da seguinte forma: índice do 1º mês subsequente ao mês da apresentação de proposta até o índice do mês de convocação, conforme previsão da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 1** - A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica e em anexo cópia da NAD (requisição) devidamente assinada, e encaminhar junto ao corpo da Nota Fiscal, número da requisição e da ata/contrato,



mês de referência, descrição dos produtos conforme descrito em NAD (Item, descrição, valor unitário, valor total), o número e nome do banco, agência bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas; que será atestada pelo Secretário Municipal ou servidor expressamente designado.

**2** - O pagamento será efetuado a fornecedora, por meio de ordem bancária, em até 20 (vinte) dias, após o cumprimento do subitem anterior.

**3** - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, será devolvida à contratada para as correções necessárias, não respondendo a contratante por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da contratada. O prazo para pagamento da nova nota fiscal voltará a ser contado após o recebimento da mesma.

**4** - Como condição para o pagamento, o Setor Financeiro somente efetuará o pagamento a Contratada mediante a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular, acompanhada dos seguintes documentos: comprovantes de regularidade perante, FGTS, Receita Federal, Estadual e Municipal da sede da empresa, Certidão Positiva com Efeito de Negativa (CPFN), ficando a liberação do processo de pagamento, condicionada à efetiva comprovação de regularidade.

**5** - A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente. Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**6** - A critério da contratante poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos as multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

**7** - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ.

**8** - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do contratado.

**9** - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**10** - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**11** - Nenhum pagamento isentará o CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações assumidas na Ata/Contrato assinado pela mesma.

**12 - Parágrafo único** – Os preços poderão ser revistos caso haja contratação de parte ou do todo registrado para manter o equilíbrio financeiro nos parâmetros pactuados.

**13** - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ.

**14** - No corpo da Nota Fiscal deverá constar:

- Descrição do objeto licitado (Item, descrição, marca, valor unitário, valor total).
- N° da Nad e Secretaria solicitante.
- N° do Processo Licitatório.
- N° da Ata de Registro de Preço.

## **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**1** - As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, serão indicadas em momento oportuno, e ocorrerá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, processo de utilização da Ata de Registro de Preço.

**2** - Poderá, haver pagamentos através de recursos próprios, como também com recursos de cofinanciamento federal e/ou estadual.

## **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**1** - A gestão financeira e a fiscalização do cumprimento do objeto serão exercidas pelos Secretários, ou servidores expressamente designados e nomeado pela prefeitura, que atuará como gestor de contratos, a quem





competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da entrega do bem e de tudo dará ciência à Administração.

**2** - A fiscalização de que trata os itens não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a lei nº 14.133/2021.

**3** - São atribuições da Fiscalização, entre outras:

**3.1** - Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;

**3.2** - Solicitar à Contratada e a seus responsáveis ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos da notificação cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

**3.3** - Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

**3.4** - Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar aos responsáveis os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas;

**3.5** - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como verificar a assinatura do recebimento da fatura e o registro do atesto do responsável pelo recebimento para fins de liquidação e pagamento.

**4** - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**5** - A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

**6** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas na lei 14.133/2021.

**7** - Durante o período de vigência para a aquisição dos produtos, as entregas serão acompanhadas e fiscalizadas pelos fiscais: **Tharija Gabriela Grisolia Vaz e Silva Romualdo e Cibelle Cristina Coutinho Lermen Mirowski.**

## **DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

**1** - São aplicáveis as sanções previstas no Art. 155 da lei Federal 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

**2** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital e no Art. 162 da lei 14.133/21.

**2** - Ficará **SUSPENSADA TEMPORARIAMENTE** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Jataí, pelo prazo de até 3 (três) anos e multas previstas neste Edital e Anexos, bem como das demais cominações legais, garantida prévia e fundamentada defesa, o **PROPONENTE** que:

**a)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**b)** Dar causa à inexecução total do contrato;

**c)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**d)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**e)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**f)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

## **DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA**

**1** - A vigência da Ata de Registro de Preços - ARP (Anexo IV) será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, limitada a 24 (vinte e quatro) meses.



## ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Homologado aos XX dias do mês de XXXXX de 20XX, de um lado o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI**, com sede na av. Macario Subtil de Oliveira, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.362.680/0001-56, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) Municipal, Sr(a). MARILDA GAROFOLO SPERANDIO**, brasileira, Casada, neste ato denominado simplesmente **Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**, realizado por meio do **Dispensa de Licitação Especial nº 011/2024**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem, processada nos termos do Processo Administrativo nº 560/2024, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no [art. 40, II, 78, IV, e 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), regulamentado pelo Decreto Municipal nº 019, 23 e 24 de 2023, segundo as cláusulas e condições seguintes:

### 8 OBJETO

**8.6** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a **FUTURAS E EVENTAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA DESCLASSIFICADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALTO TAQUARI - MT.**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Dispensa de Licitação Especial nº 011/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado.

### 9 ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

**9.6** O ÓRGÃO GERENCIADOR da presente Ata de Registro de Preço - ARP será a Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT, já identificada no preâmbulo.

**9.7** Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do presente registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

### 10 REGISTROS FORMALIZADOS

**10.6A** presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS com vistas à aquisição de **MATÉRIAS DE LIMPEZA** para atender às demandas das Secretarias Municipais de Alto Taquari - MT, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado.

### 11 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

**11.6O** preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa: XXX - CNPJ: XXX Representante Legal: XXX Telefone: (XX) XXXX-XXXX - E-mail: XXX Endereço: XXX							
Item T.R.	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtde Máxima	Qtde Mínima	Valor Unitário



**11.7O** fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, que são parte integrante da presente ARP, independente de transcrição, e que devem ser totalmente observados e cumpridos e:

**11.7.6** Termo de Referência contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto;

**11.7.7** Proposta(s) comercial(is) do(s) particular(es) cujo(s) preço(s) conta(m) registrado(s);

**11.7.8** Dispensa de Licitação Eletrônica nº 011/2024.

## **12 VIGÊNCIA DA ARP**

**12.6O** prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir de sua lavratura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

**12.7A** prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

**12.8A** prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

**12.9A** prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos meios oficiais de publicação e divulgação.

## **13 CONTRATAÇÕES FUTURAS**

**13.6A**s contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação e na jurisprudência do TCU.

**13.7**Poderá haver, a critério do órgão gerenciador, e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual será formalizado nos autos de gestão da ARP por despacho da autoridade competente e publicado.

**13.8**Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no [art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

**13.9A** contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação referente à Dispensa de Licitação nº 011/2024 e seus anexos.

## **14 VÍNCULOS DA ARP**

**14.6A** existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

**14.7O** titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no Edital de Licitação da Dispensa de Licitação nº 011/2024.

## **15 ADESÃO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA NÃO PARTICIPANTE**

**8.1.** Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no [art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), desde que observadas as disposições abaixo:



**15.6.6** O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.

**15.6.7** É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.

**15.6.8** Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.

**15.6.9** Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional [compras@altotaquari.mt.gov.br](mailto:compras@altotaquari.mt.gov.br), no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**15.7** A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, que poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**15.8** O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

**15.9** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata, sendo que esse prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

## **16 LIMITES PARA ADESÕES**

**16.6** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**16.7** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**16.8** No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À MEI'S, ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme jurisprudência do TCU.

**16.9** Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no [art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

**16.10** Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

**16.10.6** Em até 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,

**16.10.7** Apenas durante a vigência da presente ARP.

## **17 COMUNICAÇÃO AO GERENCIADOR**

**17.6** Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente informar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da contratação, a contratação para fins de registro definitivo.

## **18 VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS**

**18.6** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **19 CONTRATAÇÃO DECORRENTE DA ARP**





**19.6** A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) na ARP deverá ser formalizada no prazo de validade da Ata e será formalizada por intermédio da emissão de nota de empenho de despesa, conforme o [art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), não havendo a formalização de Instrumento de Contrato.

**19.7** Na formalização da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**19.8** As contratações decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alteradas, observado o disposto no [art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

## **20 ATRIBUIÇÕES DO GERENCIADOR DA ARP**

**20.6** O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

**20.7** Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

**20.7.6** Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;

**20.7.7** Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;

**20.7.8** Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;

**20.7.9** Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à(s) solicitação(ões) de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à(s) solicitação(ões) de ADESÃO(ÕES) realizada(s) por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência(s) complementar(es) necessária(s) ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente e a jurisprudência do TCU;

**20.7.10** Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão;

**20.7.11** Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU;

**20.7.12** Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;

**20.7.13** Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

**20.7.14** Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular(es) contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;

**20.7.15** Instruir os autos de gestão da presente ARP.

## **21 OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**21.6** O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

**21.6.6** Retirar a respectiva nota de empenho no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;

**21.6.7** Indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(ões) de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;

**21.6.8** Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o



fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;

**21.6.9** Respeitar as demais condições e obrigações contidas nesta ARP e no Edital e Termo de Referência (Anexo I) da Dispensa de Licitação nº 011/2024, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

**21.6.10** Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;

**21.6.11** Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

**21.6.12** Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;

**21.6.13** Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;

**21.6.14** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

**21.6.15** Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

## **22 CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES**

**22.6** Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo CANCELAMENTO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no [art. 82, VII, e § 5º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

**22.7** A formação de CADASTRO RESERVA vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

**22.8** A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

**22.9** Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

**22.10** Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

## **23 PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO**

**23.6** A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados em forma de extrato, no [Diário Oficial](#).

**23.7** Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do ÓRGÃO GERENCIADOR na Internet (<https://www.altotaquari.mt.gov.br/>), inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

## **24 ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**24.6** Salvo negociação entre o órgão gerenciador e o(s) fornecedor(es), os preços registrados serão REAJUSTADOS automaticamente, para mais ou para menos, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 (doze) meses, contados da assinatura da ARP, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PI \times IR$$

Onde:

**PR** = Preço reajustado

**PI** = Preço inicial da Ata de Registro de Preços

**IR** = Índice de reajuste



**24.7** Na hipótese de reajuste, a contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto antes da formalização da prorrogação, cabendo à Administração decidir sobre o interesse na prorrogação em caso de reajuste.

**24.8** A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, deverá ser formulado durante a vigência da presente Ata e antes de eventual prorrogação.

**24.9** Do mesmo modo, à Administração pode solicitar a REVISÃO dos preços registrados em caso de desequilíbrio econômico-financeiro em seu desfavor.

**24.10** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

**24.11** Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no [art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e nos seguintes casos:

**24.11.6** Ausência de comprovação da elevação dos encargos do particular;

**24.11.7** Ocorrência de evento antes da formulação das propostas;

**24.11.8** Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do fornecedor;

**24.11.9** Culpa do fornecedor pela majoração dos seus encargos (o que inclui a previsibilidade da ocorrência do evento).

**24.12** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo requerido desequilíbrio de preços de mercado.

**24.13** Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, o órgão gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceita(m) manter seu(s) preço(s) registrado(s).

**24.14** Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item “16” desta ARP.

## **25 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ARP**

**25.6** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**25.7** O remanejamento somente poderá ser feito:

**25.7.6** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**25.7.7** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**25.8** O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**25.9** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto Municipal nº 019, de 2023.

**25.10** Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**25.11** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.





## **26 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTIDAS NA ARP**

**26.6** As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no item “**9. SANÇÕES**” do Edital de Licitação da Dispensa de Licitação nº 011/2024, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

**26.7** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

**26.8** Cabe a cada órgão ou entidade participante ou aderente a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

**26.9** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências passível de cancelamento do registro do fornecedor.

## **27 CANCELAMENTO E RESCISÃO DA ARP**

**27.6** O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

**27.6.6** Não houve acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas no item 18 desta ARP, na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

**27.6.7** Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

**27.6.8** Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

**27.7** O registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

**27.7.6** Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;

**27.7.7** Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

**27.7.8** Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;

**27.7.9** Não mantiver as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 (trinta) dias corridos; ou

**27.7.10** Sofrer sanção prevista no [art. 156, III ou IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), ou no [art. 87, III ou IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 2002](#).

**27.8** O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

**27.9** Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

**27.10** O cancelamento/revogação do registro na hipótese do fornecedor recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

**27.11** A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

**27.12** A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

## **28 DISPOSIÇÕES FINAIS**



**28.6** Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) e pelos Decretos Municipais nº 019, 23 e 24 de 2023.

Alto Taquari - MT, em XXX, de XXX de XXX.

**ASSINATURA DA REPRESENTANTE DA PREFEITURA**

**ASSINATURA DA REPRESENTANTE DO FORNECEDOR**

